

não o são de facto visto, sob análise, se revelarem ser não mais de que expressões denotativas ou descritivas camufladas. A importância desta tese é, em relação à tese anterior, menor, dado que, independentemente do facto ela ser ou não ser verdadeira, ou seja, independentemente de quais considerarmos serem os termos simples da nossa linguagem (se são os nomes próprios, tal como são normalmente usados, se são os nomes logicamente próprios, ou se são quaisquer outros que a investigação filosófica proponha) a intuição básica de Russell deve ser mantida. Esta intuição é que o fenómeno semântico que consiste em referir directamente algo no mundo extralinguístico existe, não é redutível a qualquer outro, e é o fenómeno semântico primitivo e mais básico de qualquer linguagem. *Ver também* ANÁLISE, REFERÊNCIA, DENOTAÇÃO, DESCRIÇÕES DEFINIDAS, NOME PRÓPRIO, UNIVERSAIS. ASG

Russell, B. 1905. On Denoting. In *Logic and Knowledge: Essays 1901–1950*, org., R. C. Marsh. London: Allen and Unwin, 1956.

Russell, B. 1918. The Philosophy of Logical Atomism. In *Logic and Knowledge: Essays 1901–1950*, org. R. C. Marsh. London: Allen and Unwin, 1956.

Russell, B. 1917. The Relation of Sense Data to Physics. In *Mysticism and Logic*. London: Allen and Unwin.

Neale, S. 1990. *Descriptions*, Cambridge, Mass., MIT Press.

Wittgenstein, L. 1922. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Gulbenkian, 1994.

atributivo/referencial A distinção entre o uso atributivo e o uso referencial de uma DESCRIÇÃO DEFINIDA foi introduzida por Keith Donnellan no artigo «Reference and Definite Descriptions». Uma descrição é usada atributivamente se o seu conteúdo descritivo for relevante para estabelecer ou «fixar» o referente da descrição, caso em que a descrição ocorre «essencialmente», isto é, nenhuma outra maneira de designar o seu referente preservaria

o significado da frase em que a descrição ocorre. Além disso, no uso atributivo, uma descrição é interpretada como identificando aquele único indivíduo que satisfaz o seu conteúdo descritivo. Assim, se não houver exactamente um indivíduo que o satisfaça (mas nenhum ou pelo menos dois), isto é, se a condição de unicidade não for satisfeita, então a descrição não tem referência (é imprópria) e (se não ocorrer num contexto referencialmente opaco; *ver* OPACIDADE REFERENCIAL) qualquer frase em que ocorra é ou falsa (se adoptarmos a teoria das descrições de Russell) ou destituída de valor de verdade (se aceitarmos as ideias de Strawson). Pelo contrário, uma descrição é usada referencialmente se a conformidade com o seu conteúdo descritivo não for uma condição necessária para a identificação do seu referente — isto é, se essa identificação se der, não através desse conteúdo descritivo, mas da verificação de condições contextuais que permitam tornar clara a intenção do locutor de se referir, por meio da descrição, a um indivíduo específico. Quando uma descrição está a ser usada referencialmente, portanto, ela não tem de satisfazer a condição de unicidade para que as frases em que ocorre possam ser verdadeiras; e o significado dessas frases seria preservado se a ocorrência da descrição nelas fosse substituída por qualquer outra maneira de designar o seu referente. A descrição, neste caso, é não mais do que um substituto linguístico do gesto de apontar. Um dos exemplos que Donnellan usa para contrastar estes dois tipos de interpretação é o da asserção de «O assassino de Smith é louco», feita ora no contexto da descoberta do cadáver de Smith (um bom homem, barbaramente assassinado por alguém que não se sabe quem seja) ora no contexto da observação do comportamento excêntrico do assassino confesso de Smith (digamos, Jones) em tribunal. No primeiro caso, o que a frase quer dizer é que quem quer que tenha assassinado Smith é louco, dada a maneira bárbara como levou a cabo o assassinato; no segundo, o que a frase quer dizer é apenas que Jones é louco (como se comprova pelo seu comportamento em tribu-

atributivo/referencial

nal). Outro exemplo (talvez o mais citado) é o da descrição «o homem que tem um copo de *martini* na mão». Suponhamos (adaptando o exemplo) que eu e um amigo conversamos num beberete e eu uso a mencionada descrição na frase «O homem que tem um *martini* na mão é o presidente do Sporting». É possível que a descrição esteja a ser usada atributivamente, isto é, no sentido de «o homem que tem um *martini* na mão, quem quer que ele seja, é o presidente do Sporting» (posso ter indicações seguras de que há, algures no beberete, exactamente um homem com um *martini* na mão e que ele é o presidente do Sporting e posso estar a exprimir a PROPOSIÇÃO de que isso é um facto). A minha asserção é então verdadeira se, e só se, houver, no contexto relevante, exactamente um homem com um *martini* na mão e esse homem for o presidente do Sporting. Mas uma interpretação diferente (e mais imediata) para a mesma frase é a de que avistei um homem a um canto segurando um copo que me parece de *martini* e estou a informar o meu amigo de ele é o presidente do Sporting. Se o homem a que me estou a referir for o presidente do Sporting, então a minha frase é verdadeira, mesmo que ele esteja de facto a segurar um sumo de maçã ou mesmo que outros homens, no contexto relevante, estejam a segurar copos de *martini* (ou seja, mesmo que a descrição seja imprópria). Tal como no exemplo de há pouco, a sua identificação como referente da descrição não advém da computação do seu conteúdo descritivo — daí que a condição de unicidade não tenha de ser satisfeita. Tudo o que é necessário para que a minha asserção exprima uma proposição verdadeira é que a descrição usada identifique o indivíduo que pretendo referir através dela, e que esse indivíduo satisfaça o predicado de ser o presidente do Sporting. E tudo o que o meu interlocutor necessita para captar essa identificação (e assim entender o significado da asserção) é de perceber qual é o indivíduo que, na circunstância, pretendi referir através da descrição.

Em resumo, ao contrário do uso atributivo, o uso referencial de uma descrição definida é

compatível com a inadequação descritiva da descrição que está a ser usada para «fixar» uma certa referência. Suponhamos que se descobre que Smith afinal não foi assassinado, tendo-se suicidado; nesse caso, não existe um assassino que seja adequadamente identificado pela descrição; mas pode muito bem acontecer que, sabendo eu e o meu interlocutor que isto é um facto, mantenhamos por facilidade o uso da descrição «o assassino de Smith» para conversar acerca de Jones. Tudo o que é necessário é que ambos estejamos a usá-la (e saibamos que o outro está a usá-la) como um meio para identificar Jones. Pelo contrário, se a descrição estiver a ser usada atributivamente (isto é, com o significado de «quem quer que tenha assassinado Smith»), então o seu conteúdo descritivo é muitíssimo relevante para determinar acerca de que pessoa específica estamos a falar e, em particular (ainda sob a suposição de que Smith se suicidou), para determinar que não estamos a falar acerca de ninguém — caso em que a nossa frase «o assassino de Smith é louco» porá o mesmo tipo de problemas que a frase de Russell «o Rei de França é careca» (*ver* TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS).

A questão de saber se a distinção entre uso atributivo e uso referencial de uma descrição é SEMÂNTICA ou PRAGMÁTICA tem sido objecto de debate. À primeira vista, é razoável defender que ela é pragmática, e que o uso (ou interpretação) atributivo é determinado por factores semânticos (decorrentes do contributo que uma descrição faz para a proposição expressa pelas frases em que ocorre e, logo, do contributo que faz para as suas condições de verdade), ao passo que o uso (ou interpretação) referencial é determinado por factores relativos à «intenção do locutor» de se referir a um indivíduo específico, independentemente do referente (se existir) semanticamente determinado pela descrição — isto é, independentemente de ele satisfazer o conteúdo semântico da descrição. Segundo este ponto de vista (Kripke 1977), frases como as exemplificadas só seriam verdadeiras se a condição de unicidade fosse satisfeita pelas respectivas descrições e os indivi-

duos que as satisfizessem fossem, respectivamente, louco e o presidente do Sporting; em contextos específicos, no entanto, e dada a presumível intervenção de princípios de interação conversacional (*ver* MÁXIMAS CONVERSACIONAIS), é possível que, mesmo que elas sejam literalmente falsas ou destituídas de valor de verdade (designadamente por o indivíduo em causa não satisfazer o conteúdo descritivo da descrição relevante ou por ninguém ou mais do que um indivíduo o satisfazer), possam ser reinterpretadas como referindo-se ao indivíduo pretendido pelo locutor e, assim, como exprimindo proposições (verdadeiras) acerca desse indivíduo. Ou seja, o facto de uma descrição definida poder ter uma interpretação atributiva e outra referencial não constitui motivo suficiente para se dizer que as descrições (e as frases em que ocorrem) são AMBÍGUAS, uma vez que a interpretação referencial não é, segundo este ponto de vista, atribuível à descrição propriamente dita — sendo obtida a partir da intenção do locutor de se referir a um certo indivíduo e da percepção que o interlocutor tem dessa intenção. Não é, portanto, como se a descrição, ela própria, tivesse duas; ela apenas é usada de dois modos diferentes.

A esta tese é possível opor a de que a distinção entre uso atributivo e uso referencial de uma descrição é de carácter semântico, isto é, a de que a componente semântica da gramática das línguas põe à disposição dos interlocutores dois tipos de descrições. Uma consequência imediata deste novo ponto de vista é que as frases discutidas seriam intrinsecamente ambíguas, não necessitando a sua interpretação referencial não necessitaria de ser explicada pela intervenção de quaisquer princípios de interação conversacional; e isto, por sua vez, tem o resultado óbvio de que tais frases são, no seu uso referencial, verdadeiras se o referente da descrição pretendido pelo locutor satisfizer o predicado (por exemplo, se Jones, seja ele ou não o assassino de Smith, for louco). Em resumo, deste ponto de vista, as descrições definidas contribuem de dois modos diferentes para as CONDIÇÕES DE VERDADE das frases em que

ocorrem, consoante o seu referente seja identificável por meio do conteúdo descritivo delas ou não. Isto parece, por sua vez, comprometer esta tese semântica com o ponto de vista de que existem dois tipos semânticos de artigos definidos, correspondendo cada um deles aos dois usos mencionados das descrições; com efeito, se as descrições são ambíguas, não parece razoável identificar essa ambiguidade com qualquer outro item linguístico em frases como as que temos vindo a discutir. Ao contrário do que se poderia pensar numa primeira análise, este ponto de vista não é absurdo. De facto, existem línguas (por exemplo, o português, o grego e o alemão) nas quais é possível usar artigos definidos quer com descrições (definidas) em uso atributivo quer com nomes próprios (de uso habitualmente referencial); existe, assim, alguma motivação empírica para o ponto de vista de que os artigos definidos possam, em todas as línguas, e quando ocorrem em descrições, ter quer uma interpretação atributiva quer uma interpretação referencial.

A tese pragmática tem, aparentemente, atractivos metodológicos que poderiam torná-la preferível em relação à semântica. Em primeiro lugar, parece ter a vantagem metodológica de tornar a componente semântica da análise das línguas naturais mais simples, uma vez que atribui a geração da interpretação referencial à componente pragmática, em particular conversacional, a qual é de qualquer modo necessária para explicar outro tipo de fenómenos (*ver* IMPLICATURA CONVERSACIONAL). Além disso, só ela parece capaz de explicar que a distinção entre uso atributivo e uso referencial se verifique também em nomes próprios usados sem artigo (por exemplo, em inglês), como quando se diz «Smith is knocking on the door» quando o referente de «Smith» é Jones (suponhamos que o locutor se enganou na pessoa, ou simplesmente trocou os nomes). Parece inevitável que, literalmente, a frase é acerca de Smith (uma vez que não parece razoável defender que os nomes próprios sejam ambíguos); e parece, portanto, que temos de recorrer à intenção do locutor (inferível conversacionalmente pelos seus interlocuto-

atributo

res) para explicar que, em contextos como o exemplificado, se possa interpretá-la como sendo acerca de Jones.

Um proponente da tese semântica poderia, no entanto, contra-argumentar do seguinte modo (Larson e Segal 1995): Em primeiro lugar, a atribuição de uma interpretação semântica às descrições *per se* tem também uma motivação independente, uma vez que identifica a semântica das descrições, na sua interpretação referencial, com a de expressões demonstrativas (*ver* INDEXICAIS). Por outro lado, a tese pragmática deixa inexplicado o funcionamento das descrições incompletas (designadamente o uso referencial delas), como a que ocorre na frase «a porta está aberta» proferida num contexto em que há mais do que uma porta, mas em que de qualquer modo é inequívoco qual é a porta que está a ser referida pela descrição. De facto, se o mecanismo que torna esse referente inequívoco fosse de carácter conversacional, então ele deveria poder ser descrito como uma implicatura conversacional, resultante da aplicação das máximas conversacionais; mas não parece claro como poderia obter-se tal descrição. Além disso, e mais problematizadamente, se, como se viu, há línguas em que é razoável defender que o artigo definido é ambíguo, pelo menos para essas seria necessário adoptar a tese semântica; e, por um critério razoável de economia explicativa, seria defensável adoptá-la também para quaisquer línguas onde haja artigos definidos e descrições definidas. Por último, existem contextos sintácticos em que as descrições definidas em uso referencial apresentam um comportamento semântico idêntico a pronomes e expressões demonstrativas (isto é, itens apenas com interpretação referencial) e contrastante com expressões quantitacionais, como em «A mãe de um rapaz ama esse rapaz / o rapaz / *um rapaz»: a interpretação ANAFÓRICA é possível para o sintagma nominal demonstrativo e para a descrição definida, mas não para a descrição indefinida, de valor quantificacional. Isto parece um indício de que a interpretação referencial das descrições definidas nestes contextos resulta de elas terem

um significado intrinsecamente referencial, não dependente da intervenção de quaisquer princípios conversacionais.

Estes argumentos a favor da tese semântica deixam, no entanto, por explicar a ocorrência da (ou de algo pelo menos bastante semelhante à) distinção entre atributivo e referencial em nomes próprios sem artigo. De modo que é prudente dizer que nenhuma das duas teses discutidas parece ainda sustentada em argumentação suficientemente conclusiva para a estabelecer como verdadeira em detrimento da outra. *Ver também* DE DICTO / DE RE, IMPLICATURA CONVERSACIONAL, MÁXIMAS CONVERSACIONAIS, PRAGMÁTICA, PRESSUPOSIÇÃO, SEMÂNTICA, TEORIAS DAS DESCRIÇÕES. PS

Donnellan, K. 1966. Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Review* 75: 281–304.

Kripke, S. 1977. Speaker Reference and Semantic Reference. In P. French et al., orgs., *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. University of Minnesota Press.

Larson, R. e Segal, G. 1995. *Knowledge of Meaning*. Cambridge, MA: MIT Press, Cap. 9.

atributo Num uso relativamente restrito do termo, o qual é mais frequente na literatura filosófica tradicional, um atributo é simplesmente uma qualidade ou PROPRIEDADE de um objecto. No modo linguístico ou semântico, trata-se daquilo que é expresso (ou, em certos pontos de vista, daquilo que é referido) por um PREDICADO monádico. Exemplos de atributos são assim a Brancura, ou o atributo de ser branco, e a Omnipotência, ou o atributo de ser onnipotente.

Numa aplicação mais genérica, frequente nos escritos lógico-filosóficos e semânticos contemporâneos, o termo «atributo» é usado para abranger quer propriedades quer RELAÇÕES. No modo linguístico ou semântico, trata-se daquilo que é expresso (ou, em certos pontos de vista, daquilo que é referido) por um predicado de grau ou ARIDADE n (com $n > 0$). Assim, temos os seguintes géneros de atributos: atributos monádicos ou propriedades, os